

Currículo comum, avaliações externas e qualidade da educação

Maria Inês Fini

entrevistada por

André Vitor Fernandes dos Santos

191

André Vitor: Professora, vou começar agradecendo sua disponibilidade para conversar sobre essa temática. A década de 1990 foi marcada por um movimento de reforma curricular e de estruturação de um sistema de avaliação que abarcava não apenas a educação básica, mas alcançava também a educação superior e a pós-graduação. Eu gostaria de ouvir da senhora, como uma das agentes desse movimento que impulsionou tanto a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais quanto do Saeb [Sistema de Avaliação da Educação Básica], quais foram as principais influências e motivações que levaram a essa intensa produção de políticas de currículo e de avaliação naquela década, sobretudo a partir da segunda metade?

Maria Inês Fini: O movimento de renovação e de modernização da educação no mundo tem início no último período da década de 1980 e culmina com a primeira *Conferência Mundial de Educação para Todos*, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. Ali, o Brasil torna-se signatário dos compromissos firmados que, posteriormente, foram recuperados e reproduzidos em outros documentos. Três desses princípios sempre me chamaram atenção e acho que inspiraram o Brasil na implantação das reformas na década de 1990, inclusive a nossa Lei de Diretrizes e Bases, a LDB de 1996.

O primeiro foi o compromisso de inclusão. Em 1998 tivemos a nossa primeira lei de inclusão, que foi generalista, como tinha que ser, mas trazia a obrigatoriedade de a escola olhar para os diferentes e tratá-los como

diferentes, para serem iguais. O impacto disso nós sentimos até hoje. Ainda não fizemos uma inclusão plena, pois faltam professores preparados para lidar com toda a diversidade de necessidades especiais, mas esse compromisso firmado teve consequências extremamente produtivas até hoje. Algumas são apenas providências rotineiras para o mero cumprimento da lei, mas há muita grandeza nas instituições e nas iniciativas que foram tomadas.

O segundo, que também não conseguimos cumprir, foi a erradicação do analfabetismo. O mundo todo se voltava e se volta para esse compromisso de não condenar uma segunda vez aquela população expulsa da escola uma primeira vez. E o Brasil ainda titubeia na política de EJA [Educação de Jovens e Adultos]. Isso pode ser constatado pelos inúmeros anúncios, que vemos nas estradas brasileira, os quais prometem diplomas de ensino médio em 30 dias. E essa iniciativa é “autorizada” por Conselhos Estaduais, porque esses diplomas acabam sendo legais, embora não sejam legítimos. Considero que esse compromisso facilmente poderia ter sido cumprido, mas nós não tivemos uma ação compensatória para valer. É cínico dizer que vamos repor todas as aprendizagens. Isso é impossível. As aprendizagens perdidas ao longo da vida não serão repostas da mesma maneira. Então, às vezes, nós infantilizamos o adulto ou colocamos o adulto em programas rígidos de horário, enfim, ainda é uma tarefa a ser cumprida.

O terceiro foi o conceito mais ampliado de aprendizagem, que gerou as políticas relacionadas com a qualidade da educação. Como partícipe desses movimentos todos, e talvez por ser professora de Psicologia do Desenvolvimento, acho que esse conceito abre nossos olhos para as demandas da sociedade, que não são apenas demandas do mundo do trabalho, mas de um mundo cultural diverso. Com a nossa vida cotidiana invadida pela microeletrônica, começamos a acreditar que a memória, embora seja magnífica, e a melhor capacidade humana, ela não é sinônimo de inteligência. Então, a escola, a sociedade e a família deveriam atentar para que a criança desenvolva as estruturas de pensamento, que são fundamentais ao longo da vida. Valorizar esse conceito mais amplo de aprendizagem, acredito que tenha sido a grande riqueza do fim do século, do início da década de 1990.

Esses três pontos, para mim, inspiraram os Parâmetros, a LDB, as políticas de avaliação. E também a própria Reforma do Ensino Médio de 1998, as nossas diretrizes de 1998, que são atualíssimas e, lamentavelmente, nunca foram implantadas. Acredito que a Conferência de Jomtien e, depois, a Unesco fortaleceram esse movimento.

André Vitor: A senhora se remete, nesse terceiro aspecto, especificamente, às ideias de competências e habilidades e à centralidade que elas assumem?

Maria Inês Fini: Exato. A reação da comunidade acadêmica foi atribuir às políticas educacionais uma pretensa obediência ao deus do mercado de trabalho.

Houve críticas a esse respeito, mas é algo que faz parte da estrutura do sujeito, não é? Felizmente, a discussão amadureceu ao longo desses 30 anos, porém, num primeiro momento, ela foi muito impactante para a educação. Por exemplo, na formulação das primeiras matrizes do Saeb, não usamos a expressão “competências e habilidades”, e sim “descritores”, porque aquela tinha um impacto extremamente negativo em algumas áreas da educação, do pensamento educacional, eu diria.

André Vitor: Na sua fala, a senhora mobiliza a ideia da qualidade da educação. Como é que se dá a articulação desse ideário das competências e habilidades com a garantia de qualidade da educação no final da década de 1990?

Maria Inês Fini: Esperava-se garantir esse conceito mais amplo de aprendizagem e que voltássemos o olhar para o desenvolvimento das pessoas. No conceito mais amplo de desenvolvimento de estruturas de pensamento, de resolução de problemas, o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio] foi mais impactado do que o Saeb. Procurava-se dar à discussão da qualidade uma visão mais ampla. De um lado, incluindo todos; de outro, atendendo aos que foram postos para fora; e, para todos, uma compreensão mais adequada às exigências do mundo cotidiano. E também do mundo do trabalho, por que não? O trabalho é uma dimensão humana por excelência, porque está ligado intimamente à realização e à felicidade das pessoas. Então, não há como desvincular o projeto de vida de um exercício de trabalho. Ele não precisa ser dominador, nem rotineiro, mas o mundo do trabalho impõe alguma discussão para a própria noção de qualidade.

André Vitor: Na intensa produção acadêmica sobre os textos das políticas de currículo, especificamente a BNCC [Base Nacional Comum Curricular], primeiramente, a do ensino fundamental e, depois, do ensino médio, chama atenção como esse significante, qualidade da educação, vem assumindo novos contornos no documento. Além disso, ao longo das versões, esse significante aparece em um número de ocorrências um pouco mais expressivo. Como a senhora relaciona as preocupações com a qualidade da educação da década de 1990, desse movimento que a senhora acaba de nos relatar, com estes tempos em que a gente vive agora, sobretudo a partir da segunda versão da BNCC, que se corporificou na terceira versão, que foi aprovada?

Maria Inês Fini: O movimento que começa com a revisão e a incorporação ou a retirada da segunda versão e se completa com a apresentação de uma terceira, é um movimento natural. É natural que os novos gestores da educação queiram, então, interferir nesse discurso oficial. Não houve grandes rupturas. O texto foi sujeito a uma série de análises, de críticas, de interposições etc., e ele é a referência para você poder trabalhar. Eu tenho falado para muitas redes municipais, desde que eu deixei a presidência

do Inep [Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], talvez por um dever meu com a escola pública, e o que eu percebo é um equívoco muito grande acerca da BNCC.

O que nós podemos ler na BNCC, além do que está escrito ali? O que as dez competências gerais, por exemplo, significam? Elas significam novos compromissos da escola. Isso não quer dizer que a escola deve pegar aquilo literalmente (é, a meu ver, a pior maneira de olhar a Base) e transformá-la em currículo. As dez competências significam compromissos com o quê? Com valores, com princípios, com atitudes, com relações, com organização em áreas de conhecimento, com outra metodologia de trabalho mais ativa, para o aluno ser protagonista. E a ênfase é maior em desenvolvimento do que apenas depositar conteúdos aleatórios na memória. E isso tem um impacto no currículo escolar? Tem! Vou começar o planejamento de uma escola com os meus professores e vou olhar para esse objetivo final, que todo o meu percurso deverá ter. Isso é imposição? Não é. Embora a Base tenha um caráter normativo de força por lei.

Vamos olhar para o espectro da educação infantil. Quando, na educação infantil, você organiza os campos de experiência, você está dando a essa etapa um *status* que ela nunca teve. Você está orientando o trabalho do professor para ele poder imaginar a amplitude da obrigatoriedade do compromisso com o desenvolvimento infantil. Isso sempre foi uma coisa meio poética, isso nunca foi encarado com tanta seriedade, salvo poucas exceções. Então, o que significa o campo de experiência "Escuta, fala, pensamento e imaginação"? É chamar a atenção para a amplitude do desenvolvimento infantil. Deve-se pegar aquelas habilidades que foram ali colocadas e transformá-las em currículo? Não! Trata-se de chamar a atenção do professor e da escola para que a proposta pedagógica possa ter essa riqueza, não só para o ensino fundamental. Pela primeira vez na vida, o que a Base está dizendo? Olha, vocês devem garantir que as crianças tenham, no espaço da Geografia, a compreensão da História. Dá para juntar as duas? Dá para juntar. Dá para você fazer o espaço para a História? Não. Não dá, porque nós não temos professor de área. Justaponha os dois e faça um projeto interdisciplinar. Só um por semestre, para fazê-lo dialogar, afinal de contas a cabeça do aluno é uma só.

E a política de alfabetização, o que o Brasil tinha? Onde já se viu que as crianças fossem alfabetizadas até os 9 anos de idade! Era isso que nós tínhamos antes. Então, trazer para o segundo ano, eu acho ótimo. Agora, o mito da alfabetização tem que ser desfeito. Nós temos que ensinar o professor a alfabetizar, não importa o método. Essa discussão do método é uma coisa menor, ultrapassada. Qual é o problema da alfabetização? Você tem que juntar o fonema com o grafema. Como? Por sílaba? Por palavra? Pela frase? Não importa! O mais importante é o domínio do código linguístico. Está pronta a alfabetização? De jeito nenhum! Ela vai continuar com o letramento matemático e a alfabetização científica. Isso foi a coisa mais

sensacional da Base. Criança é investigadora por natureza. E se alguém é prêmio Nobel, ele ou ela começou lá na infância, sem dúvida. Ser curioso, sem ter sido cortado, limitado.

Como eu disse, andei pelas prefeituras e, muitas vezes, fiquei chocada com essa transposição direta, como se a Base fosse o currículo, e não é. Então, falta preparo para o professor olhar para essa Base. Falta domínio do que é o currículo escolar. Os gestores municipais e estaduais, nessa anomia de política nacional de educação em vigor, o papel deles é dizer para escola: aqui nós temos uma referência que qualifica a discussão para a proposta ser feita junto com os professores. Se você der voz à escola – e é isso que temos de fazer –, ela será uma unidade de poder para fazer o seu currículo, mas a leitura da Base tem que ser feita. O que é Base? Referência. Ela não é uma camisa de força. É preciso compreender aqueles conceitos que estão lá. Por exemplo, a Ciência: o que significa no 9º ano a Ciência? No 6º ano? O encadeamento vertical dos conhecimentos? Acho que esse é o ganho que nós temos na Base Nacional Comum Curricular. Agora, o maior ganho para mim, está no sistema de avaliação.

André Vitor: A senhora voltou a falar sobre qualidade, e também mencionou outros princípios da década de 1990, as competências, a interdisciplinaridade. A reforma que testemunhamos mais contemporaneamente reativa princípios presentes na década de 1990, e, inclusive os Parâmetros divulgam tais princípios. Por que há, então, a necessidade de uma Base? Investir nos Parâmetros não bastaria?

Maria Inês Fini: Na atualização deles?

André Vitor: Sim. Hoje, se pegássemos os Parâmetros e olhássemos como trabalhar com eles, a gente precisaria construir uma Base?

Maria Inês Fini: Sim, porque o maior problema da educação brasileira chama-se des-con-ti-nui-da-de. Meus colegas podem até ficar bravos comigo, mas eu adoro a Reforma do Ensino Médio de 1998. Acho que ela é magnífica, isto é, os documentos que a sustentaram. Ela nunca saiu do papel, por quê? Eu digo: é o problema da educação brasileira, a des-con-ti-nui-da-de. Os Parâmetros dariam conta disso brincando. Atualizar os Parâmetros? Vamos! Então vamos! Quer dizer, onde está tudo isso? Eu temo que isso tudo aconteça com a Base, porque o Brasil está se movimentando para discuti-las nas escolas de ensino fundamental e médio, mas a universidade simplesmente finge que não está vendo.

André Vitor: A senhora mencionou a Base, mencionou a avaliação. Como é que a senhora conceituaria, então, a noção de qualidade nesse movimento de reforma do currículo vivido agora?

Maria Inês Fini: Qualidade é a síntese de três aspectos muito importantes: 1) ter clareza sobre aquilo que o aluno tem o direito de aprender; 2) como monitorar essa aprendizagem, tanto do ponto de vista da gestão da política pública quanto do ponto de vista da gestão da sala de aula; 3) como preparar os professores. Para mim, a qualidade se resume em conseguir fazer esses três aspectos estarem alinhados, coesos. Eu digo isso em relação a exames, à avaliação e à própria política de monitoramento disso tudo.

André Vitor: E como a senhora percebe essa vinculação da qualidade com a necessidade da produção de um documento curricular como a Base? Enfim, qual a necessidade de termos a centralidade na definição desses conhecimentos que seriam básicos, comuns?

Maria Inês Fini: A própria Constituição nos obriga a isso, ao estabelecer que todos têm direitos à educação de qualidade, cada sujeito, de maneira equânime, no Brasil todo.

André Vitor: Estamos há quase 30 anos sem documento que tenha esse peso do conhecimento, da forma como ele vem com a BNCC. O que significa tal envergadura?

196

Maria Inês Fini: Isso é a própria evolução da discussão. O que é essa herança, afinal de contas, que esta geração tem de garantir para que a próxima tenha acesso? O que é isso afinal? Eu acho que é dever do Estado uma reflexão dessa natureza. Eu acredito que a Base tem muitos problemas e algumas críticas são absolutamente contundentes e aceitáveis, mas ela é um documento que foi sinalizado. Vamos ver como é que ela se comporta e fazer uma revisão. É impossível que esse documento seja congelado. Pessoalmente, porque estive envolvida nas políticas nacionais de avaliação da década de 1990, acho excelente uma referência nacional para garantir equidade.

Quando fizemos as matrizes de avaliação do Saeb em 1996, foram consultados todos os estados: "Qual é o currículo que vocês praticam?". E eles apresentaram, muitas vezes, o índice do livro didático. Porque não era consensual um documento curricular forte, consolidado, com identificação de expectativas de aprendizagem, com esses compromissos todos que eu mencionei de valores, etc., claramente definidos. O que aconteceu? O Saeb, na primeira matriz, acabou definindo aquilo que a escola deveria ensinar. E esse é o papel mais perverso da avaliação. Da mesma forma com o Enem, quando virou boletim de escola etc. Então, ter uma referência nacional, para mim, que ajude a criar as políticas de avaliação, é garantia de equidade. Ele vai esgotar todo o currículo? Não, a avaliação em larga escala não tem que fazer isso. Agora, se a escola fizer sua avaliação processual e tiver como referência a Base, ela não vai precisar treinar aluno para fazer nem o Enem, nem o Saeb, nem o Enade [Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes].

Portanto, a grande vantagem talvez seja pelo olhar da avaliação. Quer dizer, em qualquer lugar que você esteja, você tem uma referência curricular, que é a Base. Ela é referência. Ela não é o currículo. O currículo é infinitamente mais rico, entretanto, não se pode ignorar aquilo que ela põe como direito mínimo dos alunos.

André Vitor: Pensando a Base nesses termos, não haveria um possível efeito homogeneizante desse documento? Não haveria o risco de estarmos produzindo uma única história? Uma história, que não dê conta das diferenças que vivenciamos na sociedade?

Maria Inês Fini: Por menos preparado que esteja o nosso professor, eu acho que isso jamais vai acontecer. Eu não acredito que as pessoas peguem o texto da Base e automaticamente o apliquem como se fosse uma proposta curricular. Esse seria o efeito mais perverso que ela pode ter. Ela é referência e, como eu disse, é preciso ler nas entrelinhas para extrair, das dez competências, esse compromisso de que falei. E, quanto ao professor, como é que ele vai viver isso na escola e na proposta curricular? Ele não vai repetir o que está escrito, se o entendimento for efetivo, o professor prestará mais atenção às relações que significam desenvolvimento socioemocional do que prestava antes ao cognitivo. E ele terá que organizar – na sala de aula, no recreio e na relação com a família – experiências para as crianças, a fim de o objetivo ser favorecido. Ponto. Não acredito que vá acontecer isso de ter um currículo igual para todo mundo.

197

André Vitor: Não vai acontecer o apagamento das diferenças?

Maria Inês Fini: Não, não. De jeito nenhum.

André Vitor: E qual é o vínculo que a senhora estabelece entre esse documento, a Base, que tem força para orientar a produção de currículos, e a avaliação em larga escala, a avaliação externa conduzida quer pela União, quer pelos estados e municípios?

Maria Inês Fini: Volto a dizer: a Base não é matriz de avaliação, nem é matriz de exame nenhum. Ela é referência. Entretanto, com muita competência, é possível fazer um recorte da Base com a finalidade de obter uma referência de avaliação. Então, o momento é extremamente delicado, porque devemos fazer essa transposição. Eu vou pegar a Base como está, contando com a possibilidade real de que ela tenha sido, esteja ou estará sendo, nos próximos anos, a referência da organização de todos os currículos. E vou olhar para as políticas nacionais de avaliação tomando a Base como referência. Porém, eu não vou avaliar todas as habilidades que estão escritas nela, pois isso compete à escola.

A BNCC deve ser tomada como referência para se construir a matriz de avaliação em larga escala. O impacto das avaliações é magnífico, porque ele vai garantir a equidade, em primeiro lugar. Quer dizer, quando se estiver avaliando, com certeza todos os currículos nacionais percorreram esse compromisso com a Base. Então, estabelecer a matriz precisa ser feito urgentemente, porque as escolas e as famílias procuram por um efeito positivo da avaliação. O Inep já fez isso para o ensino fundamental, após uma leitura crítica intensa e ela foi validada em junho de 2018. Agora a tarefa refere-se ao ensino médio, com o agravante de que a reforma em si precisa ser implementada e, por enquanto, a escola está dando vários tropeços, tentando compreender como vai fazer a composição dos itinerários diferentes no currículo.

André Vitor: A senhora já mencionou a sua crítica a essa inversão de papéis entre política de currículo e política de avaliação, porque, muitas vezes, a política de avaliação acaba informando o currículo a ser praticado, a ser vivido, experienciado nas escolas. A senhora não teme que as avaliações, nessa vinculação que têm com o texto da BNCC, não voltem novamente a exercer esse papel de política de currículo?

Maria Inês Fini: As avaliações tomaram o lugar do currículo porque não existia a Base, não havia uma referência de avaliação. Agora, a avaliação não tem como tomar o lugar do currículo, porque ela vai estar a serviço dele. E não há como negar o fato de, concluída a avaliação, a escola ser informada sobre o que ela tinha que ter ensinado. Aí é que entra o papel muito sério dos gestores do currículo para complementar o papel da avaliação em larga escala com a avaliação processual. Quer dizer, hoje nós sabemos, por exemplo, que não adianta reprovar o aluno no final do ano. Não adianta ele ficar de recuperação durante 15 dias. Eu costumo dizer: se bastam 15 dias, vamos anular o ano letivo.

O que a escola precisa fazer é monitorar o desenvolvimento desse aluno durante o ano, por meio de uma avaliação processual constante. Não se trata encher o aluno de provas, mas de ter instrumentos: prova, relatório, portfólio, fotografia, trabalhos escolares, o que for, para monitorar o desenvolvimento. Se esse trabalho processual estiver sob a mesma égide da Base Nacional Comum Curricular, a rigor, o aluno estará sendo preparado para se sair bem nos testes e nos exames nacionais. Eu acredito que teremos um parâmetro melhor de trabalho, se as redes, os professores e as escolas fizerem a lição de casa. Além disso, 30 anos de política de avaliação é muito pouco. É uma política muito jovem no Brasil, onde se mistura tudo: discussão ideológica, discussão do instrumento, discussão da análise estatística, resultando um bolo que precisa ser desvendado. O professor também deve aprender sobre avaliação.

André Vitor: Conversamos sobre como a qualidade da educação aparece nos documentos dessa reforma curricular que experimentamos nos últimos

anos; essa mesma qualidade da educação aparece nos textos que sustentam as políticas de avaliação. Qual é o papel da avaliação na garantia dessa qualidade da educação, a seu ver?

Maria Inês Fini: A avaliação monitora o alcance das metas estabelecidas por meio dessa correta conjunção, que é o dever de todos e a garantia do Estado a todas as crianças brasileiras de que terão acesso a esses direitos. A partir daí, é possível estabelecer expectativas, apresentadas sob a forma de metas, que são sempre numéricas. As metas estabelecidas a partir do Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica], o índice condensado constituído, vencem agora. Do ponto de vista da política nacional, trabalha-se com indicadores de qualidade, que podem ser sintéticos, que abrangem inúmeros fatores do contexto da oferta da educação, do desempenho dos alunos, da formação de professores – isso faz parte da política nacional.

Cada escola tem que ter, na sua proposta curricular, o objetivo de almejar que seus alunos atinjam as expectativas que foram estabelecidas para eles. Então, imagine que um professor de ciências do 7º ano, tem um plano de trabalho e quer que seus alunos aprendam 100 coisas. Se eles aprenderem só 70, ele tem de dar um jeito para eles aprenderem o resto, até completar as 100 e progredirem. Isso é o que eu entendo por monitoramento dentro da própria escola, sendo atribuído ao professor aquele compromisso com o desenvolvimento do aluno, ao longo do ano e não só ao final. Também, o diretor, o gestor da escola, ele tem que ter amarrado com os seus professores esse compromisso de qualidade e desenvolvimento dos alunos. E ele tem que devolver isso para a família e para a sociedade, seja nas avaliações nacionais, seja naquilo que ele faz como avaliação na sua escola. E, quando ele diz “aprovado”, isso significa: “este aluno conseguiu atingir todas as expectativas que todos nós da comunidade escolar estabelecemos para ele, garantindo os direitos estabelecidos na Base”, preparando esse aluno num contexto maior do seu próprio desenvolvimento. Assim, nesta anomia da gestão da política de educação em nível federal, eu enxergo grandes oportunidades para as redes e para as escolas. Essa tem sido minha palavra, porque é o professor quem vai tirar isso tudo do papel e ele tem de ser ajudado.

André Vitor: Talvez essa tenha sido a maior preocupação para nós que atuamos na formação de professores, com o papel do professor. E nessa relação da qualidade com a BNCC, com as avaliações, como é que a senhora vê, então, esse professor? Qual é o espaço que é reservado para sua autonomia? Ou seja, pensando o professor como um intelectual, como um profissional que produz conhecimentos e que produz currículo, qual é o papel que se reserva a ele nessa relação que ele passa a estabelecer, necessariamente, tanto com a Base e os currículos, que vão ser redigidos em esfera estadual, distrital ou municipal, quanto com as avaliações, que indicam também algum índice sobre a qualidade do trabalho dele?

Maria Inês Fini: A primeira coisa a fazer seria uma belíssima política de formação continuada. Os professores deveriam ter espaço, horário remunerado dentro da escola para estudarem juntos e elaborarem uma nova proposta de trabalho. Não acho que os docentes brasileiros dominem a proposta inteira, como está na Base. Não creio que tiveram oportunidade de aprender sobre a riqueza que se estabelece agora como um compromisso da escola, principalmente os professores do primeiro segmento, dos cursos de Pedagogia. Então, em primeiro lugar, para o professor ser intelectual, autônomo e formador, ele precisa reconhecer que novas formas de ensinar, novas atualizações dos conteúdos são fundamentais. Ele precisa ser apoiado, porque essa política de formação requer uma proposta coletiva, da própria escola e da gestão escolar.

E, pela primeira vez, na relação entre universidade e escola, a situação está invertida. Em vez de a universidade dizer para a escola o que esta precisa, é a escola que tem de demandar da universidade: eu preciso compreender melhor como é o letramento matemático dos primeiros anos, e como isso se desdobra depois, a partir da 5ª série, com o advento de um pensamento abstrato. A universidade tem os recursos para fazer isso, sem ditar o que a rede e o professor precisam. Dessa maneira, fica mais fácil o diálogo dos sistemas da educação básica com a universidade.

André Vitor: E qual seria o papel do Estado na articulação dessa relação entre as instituições formadoras e as instituições escolares?

Maria Inês Fini: Você disse a palavra mágica: articulação. As redes não estão no governo federal, elas estão esparramadas pelo Brasil. Então, esse é o papel da política nacional, o de ar-ti-cu-la-ção entre as redes, entre os sistemas, entre as universidades. Esse é o grande papel que nós não estamos vendo no momento. A política educacional não é apenas estabelecer princípios, legislações, etc., mas fazer a articulação entre os entes federados. Nós somos uma Federação, com missões e atribuições absolutamente claras em relação à educação, e estamos sentindo falta de articulação, que compete à política de Estado.

André Vitor: Nesse sentido, tanto os discursos da BNCC como os discursos sobre a BNCC parecem ver a escola como lugar da ausência, da falta e, muitas vezes, da incompetência dos docentes e dos gestores. E isso se agrava quando tais políticas chegam à escola e informam não apenas o que tem que ser feito, mas como vai ser aferido. Dessa forma, isso não limita a expressão da docência, no sentido de que há coisas que são feitas de modo a contribuir para a formação dos estudantes e que não podem ser capturadas por esses instrumentos de avaliação externa?

Maria Inês Fini: O professor, qualquer que tenha sido a sua formação, ele não é um mero repetidor de fórmulas prontas e escritas. Essa seria uma maneira de se enxergar o contexto. Tenho assistido com muita preocupação a algumas

tentativas de encapsular a escola numa proposta pronta, arrumadinha, com laço de fita e “está aqui o currículo”. Para mim, essa não é a maneira adequada de se encarar a própria Base Nacional Comum Curricular. Eu acho que articulação é a palavra do gestor, das políticas, das redes, etc.

Não se pode chegar para um professor “dadeiro” de aula, como eu costumo dizer, aquele que precisa trabalhar tanto para sobreviver, porque o salário é um horror – ele sai de uma escola, ele vai para outra, e para outra, ele faz um *tour* – e dizer para ele se aprimorar. Não! Ele tem que ter condições de trabalho que permitam a ele, no universo da escola, se preparar. Então, eu tenho provocado até prefeitos, gestores municipais, para dizer: “gente, não adianta você botar o dedo na cara do professor e falar: “você tem que aprender, você tem que se atualizar...” Ele tem que ter tempo para isso! Ele tem que ter condições de trabalho melhores para poder se dedicar. E eu acredito no professor brasileiro, eu tenho certeza de que ele vai fazer uma virada de qualidade, se ele for apoiado. Agora, se quiserem enfiar um pacote pronto na cabeça dele, ele vai resistir. Eu espero que ele resista, porque não é essa a intenção da Base e jamais pode ser de qualquer modalidade de avaliação querer colocar o professor num papel desses: tirá-lo do papel de vítima e transformá-lo em réu culpado. Agora, é verdade que o poder está na mão do professor – se ele não quiser, nada vai acontecer.

André Vitor: Estamos chegando ao final da entrevista. Eu gostaria de ouvir da senhora sobre o momento que estamos vivendo. Estamos entrando no segundo ano do governo federal e muito pouco se falou sobre a Base em termos de ações do MEC ou da União, de uma forma geral, pensando em suas autarquias, para a implementação da Base. Quais são as suas expectativas para os próximos anos, para termos, realmente, a efetivação desse documento na articulação com as políticas de avaliação?

Maria Inês Fini: Falta aos dirigentes da educação e da avaliação, e me refiro ao Ministério da Educação e ao Inep, uma compreensão da estrutura da educação brasileira. Nós avançamos nesses últimos 30, 40, 50 anos de maneira exemplar. Nós estávamos no caminho certo, pois, com todo tipo de diferenças de opiniões e ideologia que tínhamos, avançamos. Veja que a sucessão dos governos que antecederam o atual, não desmontou a máquina pública da educação. Houve outros aprimoramentos, um novo Plano Nacional de Educação, um novo compromisso estabelecido com metas, mas nada foi destruído, nada foi ignorado. Num contexto geral, temos o financiamento do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], que termina a sua versão atual em 2020. Temos o programa do livro didático, que é o maior apoiador do professor brasileiro. Mas... onde está a política articulada do livro, da avaliação e da formação de professores? E a política do currículo das escolas?

Vejo com extrema preocupação que esses dois grandes condutores da política nacional, o MEC e o Inep, têm manifestado total desconhecimento do que é a história do Brasil. Em relação aos exames do Inep, mesmo que eu não goste do papel que o Enem assumiu a partir de 2009, sou a primeira a reconhecer o efeito magnífico que esse modelo, que não é o do Enem original, trouxe para a vida dos jovens. Então, não se pode banalizar uma política como essa. E eu não me refiro apenas a erro de gestão, por exemplo: o Enem vai ser digital ou digitalizado? Onde está o edital de concorrência para comprar os computadores? Onde estão os editais para a elaboração de itens para uso no computador, que é completamente diferente do papel? E, essas coisas que a gente não vê, nos preocupam profundamente.

Ouve-se hoje um discurso dentro do Inep de que haverá um Saeb anual. Isso significará o desmonte de todas as disciplinas, uma interferência absurda. Aí sim, isso vai enquadrar direitinho a escola, pois haverá uma troca de papéis: então o Inep vai fazer a avaliação processual? Vai acabar com a avaliação em larga escala? Então, esse quadro atual, nesta data em que falamos, é extremamente preocupante. Em 14 de dezembro de 2019, aconteceu o encerramento da TV Escola, porque o MEC não renovou o contrato de gestão com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp).¹ Isso não entra, em hipótese alguma, numa compreensão racional de qualquer educador brasileiro. Em nome do quê? De uma pretensa perseguição ideológica? Eu me preocupo muito, como brasileira, como cidadã e como educadora.

Maria Inês Fini, professora aposentada da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (Unicamp); ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); diretora pedagógica da F & F Educare, empresa de consultoria em currículo e avaliação; diretora de operações estratégicas da Efigie, empresa de educação internacional.

mifini@gmail.com

André Vitor Fernandes dos Santos, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua no curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade UnB Planaltina (FUP) – Universidade de Brasília (UnB).

andrevfsantos@gmail.com

Recebido em 3 de março de 2020

Aprovado em 19 de março de 2020

¹ NOTA à imprensa: resposta ao MEC – encerramento de gestão da TV Escola. 14 dez. 2019. Disponível em: <https://tvescola.org.br/tve_noticias/resposta-ao-mec-encerramento-de-gestao-da-tv-escola/>; <https://tvescola.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Nota_Roquette_Pinto_Valendo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2020.